

HENRIQUE MELO CAETANO

**REFORMA DA VIDA RELIGIOSA DO SÉCULO XVI:
FRANCISCANOS E CARMELITAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao Curso de Teologia da
Faculdade Católica de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Bacharel
em Teologia.

Orientador: Prof. Me. Pe. Kelvin
Borges Konz.

Florianópolis
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Dom Afonso Nihues da FACASC.

Caetano, Henrique Melo

Reforma da vida religiosa do século XVI: franciscanos e carmelitas / Henrique Melo Caetano; Orientador: Kelvin Borges Konz; Florianópolis, SC, 2022.

57 p.

TCC (Graduação - Teologia) - Faculdade Católica de Santa Catarina.

Inclui referências:

1. Ordem 2. Crise 3. Reforma 4. Vida Religiosa. II. Título.

HENRIQUE MELO CAETANO

**REFORMA DA VIDA RELIGIOSA DO SÉCULO XVI:
FRANCISCANOS E CARMELITAS**

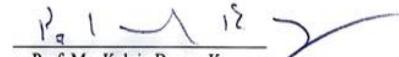
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de **Bacharel em Teologia** e aprovado em sua forma final pelo Curso de Teologia da FACASC.

Florianópolis, 08 de agosto de 2022.

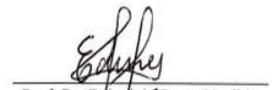


Prof. Dr. Edson Adolfo Deretti
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



Prof. Me. Kelvin Borges Konz
Faculdade Católica de Santa Catarina
Orientador(a)



Prof. Dr. Edson da Rosa Cândido
Faculdade Católica de Santa Catarina
Avaliador(a)



Prof. Esp. Tânia Regina de Souza Antunes
Faculdade Católica de Santa Catarina
Avaliador (a)

RESUMO

Neste trabalho, analisa-se a reforma da vida religiosa no século XVI, concentrando-se principalmente na ordem franciscana e na ordem carmelitana. No primeiro capítulo, se trata da crise em que se encontraram, particularmente pelas divergências no modo de se aplicar a regra primitiva. No segundo capítulo, se abordam as soluções que, na época, se apresentaram para tal questão, e que dariam lugar a novos ramos entre os franciscanos e os carmelitas. No terceiro capítulo, procura-se evidenciar algo do resultado das linhas reformadas, no contexto da grande renovação promovida pelo concílio de Trento, que deu plenitude aos esforços reformistas anteriores.

Palavras-chave: Ordem. Crise. Reforma. Vida religiosa.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

O. Carm. – Ordem dos Irmãos da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo

O.F.M. – Ordem dos Frades Menores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A VIDA CONSAGRADA NO COMEÇO DO SÉCULO XVI	13
1.1 ORDENS RELIGIOSAS.....	13
1.2 A CRISE NA VIDA CONSAGRADA	16
2 LINHAS DE REFORMA DA VIDA RELIGIOSA DO SÉCULO XVI	23
2.1 FRANCISCANOS	23
2.2 CARMELITAS	32
3 CONCÍLIO DE TRENTO E O FINAL DA REFORMA DA VIDA CONSAGRADA	39
3.1 CONCÍLIO DE TRENTO E A REFORMA	39
3.2 APONTAMENTOS DO FINAL DA REFORMA DA VIDA RELIGIOSA.....	41
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

A pesquisa se propõe a trabalhar o acontecimento da reforma da vida religiosa do século XVI, explorando, especialmente, o seu caráter histórico. Na sua composição, estão presentes dados da vida consagrada dos franciscanos e dos carmelitas. Inclui-se, nela, os diferentes momentos da reforma, no seu antes, durante e depois. Pelo lado da reforma franciscana, o foco estará, principalmente, em torno de figuras como Pedro de Alcântara, Mateus de Bascio e Ludovico Fossombrone. A primeira delas dará surgimento aos alcantarinos; os outros dois aos capuchinhos. Quanto aos carmelitas, a reforma estará em torno de Teresa de Ávila e João da Cruz. Tal reforma culminará no surgimento dos carmelitas descalços.

Ao longo da pesquisa, está presente um conjunto de circunstâncias, relativo ao século XVI, ligado aos momentos cruciais de restauração da vida consagrada. Ele serve para mostrar de que modo as ordens religiosas estão inseridas na vida consagrada do século XVI. Também se percebe, na pesquisa, no capítulo primeiro, características da vida religiosa que antecedem à reforma, incluindo as dos inícios dos franciscanos e as dos carmelitas.

Assim, junto da vida consagrada das duas ordens religiosas abordadas e da sua crise, contextualizada na Igreja Católica do século XVI, situam-se, dentro do capítulo segundo, algumas das soluções propostas para se superar os problemas enfrentados. Tais propostas terão origem dentro das próprias ordens, ou, como veremos no capítulo terceiro, por meio de um envolvimento maior da Igreja, em sua totalidade, no concílio de Trento. Dentre outras questões, este concílio tratou da renovação da vida consagrada.

Por outro lado, ainda no capítulo terceiro, a pesquisa também busca mostrar quais os efeitos importantes dos diferentes esforços reformistas, observados na vida religiosa do século XVI. Para isso, evidenciaremos, de forma conjunta, os dados alcançados, seja desta parte da pesquisa, ou diferentes partes que possam interferir, indiretamente, nessa questão. São levados em conta, por sua vez, os principais pontos de vista desenvolvidos sobre os desfechos da reforma. Aqueles que estão mais de acordo com os demais dados levantados para as demais partes da pesquisa, serão adotados, pois, como parâmetro, em uma tentativa de se estipular, ao menos aproximadamente, o resultado real da reforma da vida religiosa do século XVI.

Quanto à sua relevância para os dias de hoje, a pesquisa pode, por um lado, servir de auxílio para a vida prática dos consagrados. Isso porque

muitos dos problemas que culminaram na situação de crise das ordens religiosas, acabam sempre voltando à tona, conforme se observa na história passada e na recente das ordens religiosas. Por outro lado, a pesquisa, ao trabalhar acontecimentos do século XVI, é capaz de acenar ao porquê de certas coisas se encontrarem do jeito que são, na vida religiosa, nos dias de hoje.

Por fim, encontra-se, na pesquisa, dados sobre o concílio de Trento, que tenham influenciado, consideravelmente, a reforma da vida consagrada. O apontamento desses dados visa expor as correções gerais a serem aplicadas em todas as ordens religiosas, conforme às necessidades de cada uma delas.

1 A VIDA CONSAGRADA NO COMEÇO DO SÉCULO XVI

Na intenção de entender as reformas do século XVI, pelas quais passaram a ordem religiosa dos carmelitas e a dos franciscanos, convém conhecer um pouco mais sobre suas respectivas realidades. Seja do seu início, seja da crise que exigiu uma busca pela sua restauração.

1.1 ORDENS RELIGIOSAS

Começemos pela Ordem dos Frades Menores, constituída em torno de São Francisco de Assis, na Itália, a começo do século XIII. Os seus inícios, estão na experiência de conversão do próprio Francisco de Assis:

Depois de uma juventude alegre mais ou menos descompromissada, com a idade de 25 anos, sentiu-se mudado pela graça divina, transformação que ele atribuía ao fato de se ter superado dedicando-se à assistência dos leprosos, para junto dos quais o <levou o Senhor> (Testamento).¹

Dessa forma, sua fé passou a crescer e a modificar a sua vida. E, ainda, segundo Iriarte, a respeito de Francisco de Assis:

Vemos alternar-se o impulso incontido da ação, ao percorrer o mundo, e a atração pela solidão e pela intimidade fraterna sossegada.²

Seus esforços resultariam no que conhecemos, hoje, como a ordem franciscana. Ela teve o grande mérito de, no tempo de Francisco de Assis, restaurar fundamentos da vida religiosa. Segundo Lázaro Iriarte:

Francisco pensou [...] que era chegado o momento de obter a aprovação da Igreja de Roma e todo o grupo empreendeu a viagem para a capital da cristandade. [...] A nova Ordem foi aprovada, na primavera de 1210 (segundo outros, 1209). O cardeal de São Paulo, com autorização do papa,

¹ IRIARTE, Lázaro. **História Franciscana**. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1985, p. 38, grifo do autor.

² IRIARTE, 1985. p. 39.

conferiu aos doze a tonsura clerical que lhes garantia a imunidade eclesial.³

A nova ordem tinha consciência de que precisava cuidar de sua identidade. Assim, tudo o que fosse relativo a ela, deveria transmitir uma imagem coerente com o que se propunha a ser. Conforme Iriarte:

No início, para se identificarem perante o povo, os componentes do grupo adotaram o nome de *penitentes* de Assis. A seguir [...] Francisco optou pelo nome de *frades menores*. Fraternidade e minoridade resumiam bem o ideal evangélico.⁴

Entre eles, se encontrava a opção pela pobreza, que está, fortemente, vinculada à aceitação de carregar a própria cruz. Sobre essa opção, Iriarte destaca que: “Frente à ânsia de lucro dos novos árbitros, dariam testemunho de desprendimento total, em especial do dinheiro.”⁵ Por outro lado, desde o seu início, a ordem não se fechou ao mundo:

O primeiro grupo que se reuniu a Francisco tomou consciência de si mesmo e do compromisso evangélico, alojado no rústico abrigo de *Rivo Torto*; logo organizou a primeira saída apostólica; Bernardo e Pedro, por um lado, Francisco de Assis e Gil, por outro.⁶

Observa-se, pois, que este novo grupo propunha um modo de vida diferente daquele existente, até então, na realidade monástica. É como que um estado intermediário entre os religiosos monásticos e os leigos seculares, no seu relacionamento com o mundo e com quem está nele.

Sair do mundo (Testamento) não significava [...] encerrar-se num claustro, mas oferecer àquela sociedade, voltada para a produção artesanal e para o comércio, o testemunho vivo e imediato da conversão cristã: uma presença *penitencial*.⁷

³ IRIARTE, 1985. p. 40.

⁴ IRIARTE, 1985. p. 41, grifo do autor.

⁵ IRIARTE, 1985, p. 43.

⁶ IRIARTE, 1985. p. 39, grifo do autor.

⁷ IRIARTE, 1985. p. 43, grifo do autor.

Ou seja, neste sentido, os seus membros não estariam nem, completamente, isolados do mundo, nem, totalmente, inseridos nele. Assim, descreve Iriarte:

Os frades menores viveriam no meio do povo, integrados na realidade social, mediante um trabalho remunerado, mediante a oração com a comunidade cristã e a pregação em língua vulgar⁸

Outra ordem a ser considerada é a dos irmãos da bem-aventurada Virgem Maria do monte Carmelo. Surgida no século XII, passou por diversas adaptações. Originalmente eremita, viria a adotar vida “cenobita”. Sobre suas origens mais remotas, pairam diversas dúvidas. Conforme Bernardino Llorca:

Se os frades carmelitas descendem dos anacoretas do Carmelo (montanha que se eleva ao oeste de Nazaré e se assoma ao mar desde a parte meridional da Fenícia); mais ainda, se remontam sua origem aos profetas Elias e Eliseu, é uma questão que foi durante séculos debatida [...].⁹

Observa-se, portanto, que faz parte do ser carmelita, essa inspiração no profeta Elias. A esse respeito, Llorca aponta: “chamam seu pai a Elias, porque os fundadores, e depois todos os carmelitas, viram sempre aquele profeta como modelo e exemplo, e, inspirados nele, modelaram suas regras e constituições.”¹⁰

Em torno do século XIII, os carmelitas adotariam uma fisionomia de ordem mendicante. Diferentemente da O.F.M., a O. Carm. não teria nascido com essa característica. A respeito disso, Hubert Jedin comenta:

[...] suas origens se remontam ao século XII (1185) e estão no eremitério, obra do cruzado Bertoldo Calábria (+1195) no monte Carmelo. De Alberto, patriarca de Jerusalém, haviam recebido uma regra estritamente contemplativa (1207-09) que foi confirmada por Honório III em 1226. Quando,

⁸ IRIARTE, 1985. p. 43.

⁹ LLORCA, Bernardino; GARCIA-Villoslada, R; MONTALBAN, Francisco J. **Historia de la Iglesia Católica**: Edad Media (800-1303). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1958. v. 2. p. 827.

¹⁰ LLORCA; GARCIA; MONTALBAN, 1958, p. 829.

empurrados pelo Islã, emigraram para o Chipre, Sicília, França e Inglaterra, e adotaram forma de vida cenobita (desde 1238), era óbvio lhes dar uma constituição correspondente à uma ordem mendicante.¹¹

A respeito da primeira regra carmelita, recebida de Alberto, e confirmada por Honório III em 1226, Llorca destaca:

Nela se ordena que se tenha um prior, eleito unanimemente, ao qual prestem obediência; que os ermitões vivam em celas separadas, dedicados à meditação e ao rezo do Ofício Divino; que não tenham coisa própria, mas que tudo seja comum; que haja capítulo de culpas os domingos, que jejuem desde a exaltação da Cruz até o domingo da Ressurreição; que nunca comam carne, se não for em caso de enfermidade; que guardem estrito silêncio desde vésperas até terça do dia seguinte.¹²

A respeito de Simão Stock e sua contribuição à O. Carm., Llorca comenta o seguinte:

Reunido o primeiro capítulo geral em Avlesford da Inglaterra, no ano 1245, resultou eleito superior geral São Simão Stock (1265), a cujo largo governo deve a Ordem sua constituição definitiva e em grande parte sua extensão pela Europa.¹³

Assim, portanto, os carmelitas tiveram grande difusão pela Europa. Sem perder sua identidade contemplativa, adotariam um modo de vida mendicante, semelhante à dos franciscanos ou dominicanos.

1.2 A CRISE NA VIDA CONSAGRADA

Convém analisar aspectos de como se deu a crise que exigiria, posteriormente, a busca de reforma da vida religiosa do século XVI. Começemos, novamente, pela O.F.M. Seus problemas começaram muito

¹¹ JEDIN, Hubert (org.). **Manual de Historia de la Iglesia**: la Iglesia de la Edad Media después de la Reforma Gregoriana. Barcelona: Herder, 1973. v. IV. p. 310.

¹² LLORCA; GARCIA; MONTALBAN, 1958. p. 829.

¹³ LLORCA; GARCIA; MONTALBAN, 1958. p. 829.

cedo, principalmente com a ausência de seu principal referencial de identidade: Francisco de Assis. Henri Daniel-Rops comenta:

[...] logo após a morte do seu fundador, se tinham manifestado duas tendências na Ordem de São Francisco: uma queria interpretar de modo estrito a Regra e o testamento do *Poverello*, outra reclamava adaptações, necessárias - diziam - ao funcionamento de uma grande Ordem.¹⁴

Martina, por outro lado, tem maior precisão. Ele apresenta uma tendência a mais, em relação ao posicionamento de Daniel-Rops:

Logo depois da morte do santo, surgem na ordem três tendências: os rigoristas, entre os quais antigos companheiros de São Francisco, como Frei Leão e Cesário de Spira [...]; os defensores de uma observância mitigada, como Frei Elias, que afrouxou a regra [...] e os moderados, como Antônio de Pádua e Boaventura.¹⁵

Portanto, uma das principais razões, senão a principal, para que acontecesse a reforma, em algum momento, parece ser essa indecisão conjunta da ordem. Nela, o entendimento futuro do legado, deixado por Francisco de Assis, assim como seu cumprimento, ficaram incertos. Guido Zagheni conceitua, neste contexto, a retomada do modo mais rigoroso de seguir a regra estabelecida, com o termo observância:

Por *observância* entende-se o retorno à absoluta fidelidade à regra a fim de reviver a experiência das origens. Fundam-se, com este objetivo, conventos, congregações, províncias *reformadas*, que se baseiam na vida comum dentro da clausura, na igualdade fraterna inclusive nas vestes e nas celas,

¹⁴ DANIEL-ROPS, Henri. **A Igreja da renascença e da reforma**. Quadrante, São Paulo, 1999. v. II - A reforma católica p. 25.

¹⁵ MARTINA, Giacomo. **História da Igreja**: de Lutero a nossos dias. 5ª ed. Loyola, São Paulo, Brasil, 1995. v. I - A era da Reforma. p. 219.

na pobreza estrita, com a renúncia a todas as dispensas papais acumuladas no passado.¹⁶

Em consonância com a gravidade da situação que se vivia, no século XIII de Francisco de Assis, a controvérsia ainda persistiria no século XVI. O que exigiria outra estratégia, no sentido de conciliar os diferentes interesses da ordem. Em relação a isso, Daniel-Rops enfatiza:

Em 1516, Leão X chegou a persuadir-se de que a questão já estava madura e que se poderia suprimir por um simples decreto todas as antigas denominações e designar os filhos de São Francisco pelo único título de *Frades Menores*. Mas a operação falhou.¹⁷

Assim, parecia que as diferenças na forma de se viver a regra estavam bem consolidadas. Além disso, notava-se que a reunião das antigas denominações, em uma só, apenas seria possível no sentido de se ter um convívio, mais ou menos, amigável. Isso deveria ser mantido, apesar da mútua ausência de concessões. Entretanto, o conflito era mais complexo que isso. Segundo Martina,

A controvérsia não se limitava apenas à observância da pobreza; dizia respeito também à necessidade dos estudos e da formação científica, considerada inútil pelos rigoristas. Os pontífices tiveram de intervir várias vezes na controvérsia, adotando, segundo seu temperamento e de acordo com as circunstâncias, uma linha oscilante.¹⁸

Por outro lado, para se compreender mais a atuação de Leão X, convém citar o que outro papa desempenhou, em relação aos franciscanos. Ainda segundo Martina,

Nicolau III [...] em 1279, com a *Exiit qui seminat* reforçava o ideal franciscano, lembrando, entre outras coisas, que Cristo e os Apóstolos não tinham tido nenhuma propriedade, e inculcava a

¹⁶ ZAGHENI, Guido. **A Idade Moderna**: curso de história da Igreja. Paulus, São Paulo, 1999, p. 42, grifo do autor.

¹⁷ DANIEL-ROPS, 1999, p. 25, grifo do autor.

¹⁸ MARTINA, 1995, p. 219.

observância de uma pobreza concreta, não corrompida por abusos.¹⁹

Contudo, ele soube, também, balancear sua decisão. E procurou não acolher os interesses e necessidades de um só grupo franciscano. Até porque a pobreza, enquanto manifestação de virtude, não poderia ser vivida sem cautela. O que poderia conduzir a extremos que comprometeriam as ocupações, em geral, dos franciscanos. Em vista disso, o papa Nicolau III, ainda na *Exiit qui seminat*, determinou o seguinte:

[...] para satisfazer as exigências concretas da vida diária, confirmava substancialmente a figura do *nuncius* ou amigo espiritual que salvava a letra e tornava possível atos de propriedade [...]. Era uma tentativa de conciliar os princípios e a realidade, a sublime meta indicada pelo santo e a sua prática efetiva.²⁰

Entretanto, as contribuições, deixadas por Nicolau III, não foram o suficiente para resolver, definitivamente, a questão franciscana. Percebe-se tal fracasso, com a resultante impressão de que a reunião plena, no convívio entre todos os membros da ordem, na maneira como Leão X desejava, não era viável. A não ser que houvesse um renascimento espiritual, igual ao dos inícios da O.F.M.

E, talvez, ele supunha que isso já estivesse presente na ordem, ao tentar anular a separação interna, de maneira formal e institucional. Parece, contudo, que Leão X, com sua tentativa de concentrar as denominações franciscanas em uma só, visando a unidade da ordem, não teve sucesso. Por outro lado, alavancou, ainda que sem intenção, a caminhada para um intenso crescimento espiritual, uma vez que,

[...] reavivou em muitos setores franciscanos as energias individuais e levou ao aparecimento de homens resolvidos a aplicar estritamente os princípios do santo de Assis e a viver numa pobreza heróica. O mais célebre viria a ser, na Espanha, São Pedro de Alcântara (1499-1562) [...].²¹

¹⁹ MARTINA, 1995. p. 219, grifo do autor.

²⁰ MARTINA, 1995. p. 219-220, grifo do autor.

²¹ DANIEL-ROPS, 1999. p. 25.

Passemos, novamente, para a O. Carm., com a finalidade de expor a sua crise, vivida no século XVI. Para isso, leve-se em conta, primeiramente, a sua grande reformadora, Teresa de Ávila. Segundo Daniel-Rops, era de “sangue puro, linhagem nobre [...]”. Nasceria numa família de doze filhos, em 1515, alguns meses antes da subida ao trono de Carlos V.”²² Marcelle Auclair, por sua vez, destaca a origem do seu nome: “A menina recebeu o nome de Teresa, em memória [...] de duas de suas avós [...]”.²³ Importante notar, também, que se preservou a memória da data e local em que ela foi batizada. Ainda, conforme Marcelle: “A 4 de abril, o padrinho e a madrinha da pequena Teresa pediam em seu nome, na igreja de São João, «a fé e a vida eterna»”²⁴.

Considerados esses aspectos gerais da vida de Teresa de Ávila, convém salientar algo sobre alguns dos seus escritos. Ao conhecê-los, o pensamento dela será mais compreensível. Um dos seus livros, chama-se Caminho de Perfeição, conforme Marcele Auclair:

O «livrinho» compreende, além dos conselhos ascéticos que são objeto dos quinze primeiros capítulos, um tratado sobre a oração mental que abrange outros dez [...] e por último um comentário ao Pai-Nosso em que mostra como a oração vocal pode levar à oração mental.²⁵

Não foi fácil, porém, para ela, se colocar a escrever esse livro. “Teresa obedeceu com muita relutância à ordem do pe. Báñez para redigir, como lhe haviam pedido as suas filhas, os conselhos que lhes dava diariamente”²⁶ Outro livro importante para compreender Teresa de Ávila seria o livro da Vida. A respeito dele, Auclair enfatiza o seguinte:

“[...] num curto capítulo do livro da sua *Vida*, a palavra *determinação* repete-se dez vezes, associada à ideia de liberdade: «importa muito começar com esta liberdade e esta *determinação*». «Quem vir em si esta *determinação* não tem nada, nada a temer», e «assim *determine-se*, ainda que

²² DANIEL-ROPS, 1999, p. 129.

²³ AUCLAIR, Marcelle. **Teresa de Ávila**. Quadrante, São Paulo, 2021, p. 12.

²⁴ AUCLAIR, 2021, p. 12.

²⁵ AUCLAIR, 2021, p. 163.

²⁶ AUCLAIR, 2021, p. 162.

permaneça toda a vida nessa aridez, a não deixar Cristo cair com a Cruz»²⁷.

Por outro lado, na base de toda grande reforma, existe algum fundamento que a motive e a sustente. Aquela realizada por Teresa de Ávila não seria diferente, de acordo com Daniel-Rops:

Em 1482, o papa Eugênio IV aceitara e confirmara a *mitigação* da Regra primitiva. [...] Era precisamente a esses usos e costumes [...] que a Madre [...] pretendia opor-se ao fundar o seu pequeno mosteiro *remeloso*, deixando a Encarnação para correr semelhante aventura.²⁸

Dessa maneira, com a manifestação do desejo de Teresa de Ávila, mostra-se, como algo questionável, a mitigação da regra. Também começam os primeiros movimentos em direção à reforma. É interessante observar, contudo, que, neste momento, escolhe-se fundar outros mosteiros, nos quais se viveria sem a mitigação da regra. Talvez, desejasse-se evitar que tal mudança parecesse uma imposição, seja no Carmelo da Encarnação, ou em outros. Isso porque, diferentemente dos franciscanos, os carmelitas tinham recebido, oficialmente, uma certa liberdade para optarem pelo não rigorismo na vivência religiosa.

²⁷ AUCLAIR, 2021. p. 45, grifo do autor.

²⁸ DANIEL-ROPS, 1999. p. 129, grifo do autor.

2 LINHAS DE REFORMA DA VIDA RELIGIOSA DO SÉCULO XVI

Uma vez tratadas as crises pelas quais atravessaram a O.F.M. e a O. Carm, convém passar pelas propostas desenvolvidas para que se vencesse essas adversidades. Entre os franciscanos, mais de um novo ramo passaria a existir; entre os carmelitas, apenas o dos carmelitas descalços.

2.1 FRANCISCANOS

Na renovação da família franciscana, surgiu em fins do século XV uma iniciativa na Espanha com o frei João de Guadalupe. Segundo Iriarte:

Em 1496, João de Guadalupe obtinha de Alexandre VI um breve autorizando-o a retirar-se com outros companheiros para uns eremitérios [...] para observar o Evangelho e a Regra em toda a sua pureza, vestindo o mesmo hábito de São Francisco. [...] A reforma do hábito consistia em adotar o capuz cônico, encurtar o hábito e o manto [...] e suprimir as sandálias. Daí o nome de descalços, que prevaleceu entre as diversas denominações dadas aos *guadalupenses*.²⁹

Passadas essas permissões iniciais, os guadalupenses se veriam mais unidos, institucionalmente, conforme crescia a sua reforma. A esse respeito, Iriarte comenta: “Com os eremitérios fundados formou-se a custódia do santo Evangelho.”³⁰

Por outro lado, três anos após aquelas primeiras autorizações, um outro documento seria emitido, trazendo preocupações aos frades reformados. Iriarte esclarece tal acontecimento e como ele foi revertido, desta forma:

Em 1499 João de Guadalupe conseguia a confirmação pontifícia dos privilégios e a faculdade de admitir conventuais; contudo, um breve de 1502, conseguido pelos observantes [...], submeteu-os de novo aos seus antigos superiores

²⁹ IRIARTE, 1985. p. 218, grifo do autor.

³⁰ IRIARTE, 1985, p. 218.

da província de Santiago. Um novo breve do ano seguinte restabelecia a isenção.³¹

Contudo, o direcionamento de obediência do novo grupo reformado continuava a oscilar entre os conventuais e os observantes. Tal situação foi levada a um ponto em que se fez necessário desejar a autonomia dos descalços. Ela deveria ser buscada com um desvencilhar-se, em definitivo, do alcance dos observantes.

Em 1506, ficavam sob a obediência dos conventuais, mas formando custódia independente. Nova intervenção pontifícia conseguida pelos observantes, na qual eram forçados a voltar para a observância [...] e nova vitória dos gualupenses, em 1508, conseguindo formar província a parte [...]. Seguiu-se [...] a Bula de união de 1517, incorporando-os à observância. As duas custódias dos descalços eram, pouco depois, convertidas em províncias com os nomes de São Gabriel [...] e da Piedade [...].³²

Por outro lado, nem todos ficariam satisfeitos com tal reintegração. E as articulações continuariam em ação, por parte de um dos descalços.

[...] João Pascoal, passando para os conventuais, em 1517, obteve autorização do mestre geral para agrupar-se com todos os conventuais que quisessem levar seu gênero de vida.³³

Com o passar do tempo, veio a ser permitido que outros religiosos, além dos conventuais, ingressassem nesse grupo reformado de João Pascoal. A respeito disso, Iriarte comenta:

Em 1541, conseguiu um breve que o autorizava a receber observantes e membros de outras Ordens moderadas em seu agrupamento de conventuais reformados. [...] logo pôde contar com quatro conventos, habitados, em sua maior parte, por

³¹ IRIARTE, 1985. p. 218.

³² IRIARTE, 1985. p. 218-219.

³³ IRIARTE, 1985. p. 219.

religiosos procedentes da província de São Gabriel.³⁴

Com a morte de João Pascoal, entrou Pedro de Alcântara na história dos descalços. E, ao receberem sua especial contribuição, passarão a ser caracterizados, também, com o nome de alcantarinos. A respeito disso, Daniel-Rops destaca:

[...] sob a sua direção, os *alcantarinos* experimentaram [...] desenvolvimento espiritual e mesmo numérico. A sua prática de criar *casas de recolhimento*, onde vinham viver periodicamente ou para sempre os fervorosos da ascese, entrou nos costumes.³⁵

Na visão de Iriarte, existe uma relação entre a morte de João Pascoal e a custódia pela qual Pedro de Alcântara também fez parte dos descalços: “Em 1553, morto o reformador, foi constituída a custódia de São José.”³⁶ Iriarte continua, assim, seu pensamento sobre Pedro de Alcântara:

O austeríssimo mestre de Santa Teresa fora provincial da província de São Gabriel; quis depois retirar-se para a solidão para levar vida penitente; os superiores se opuseram e ele foi obrigado a obter autorização pontifícia para passar à obediência do mestre geral dos conventuais reformados.³⁷

Ainda sobre a custódia de São José, ela e uma outra, na frente da qual também esteve Pedro de Alcântara, seguiriam o mesmo caminho daquela de São Gabriel, e trocariam de categoria:

A custódia de São José foi elevada a província, em 1559, ainda sob os gerais dos conventuais; em 1563, Pio IV submetia à autoridade do geral da observância. Em Portugal, também conseguia a categoria de província a custódia dos *capuchos* da Arrábida, reforma austeríssima [...] dirigida

³⁴ IRIARTE, 1985. p. 219, grifo do autor.

³⁵ DANIEL-ROPS, 1999. p. 25, grifo do autor.

³⁶ IRIARTE, 1985, p. 219.

³⁷ IRIARTE, 1985. p. 219.

também por São Pedro de Alcântara, de 1542 a 1544.³⁸

Dessa maneira, as ações de reforma e os fatores externos acabavam por se confrontar menos. O que evitava novas grandes complicações entre os descalços e seus opositores. “A reforma dos descalços, também chamada dos alcantarinos, apoiada em novas concessões, foi-se estendendo e adquirindo personalidade cada vez mais definida [....].”³⁹

Na intenção também de viver estritamente a regra franciscana, outro conjunto seria formado, tomando o exemplo dos alcantarinos. Segundo Iriarte:

A pretensão de adaptar-se aos espanhóis e, sobretudo, pela oposição dos superiores [...] foi a causa de as custódias de reformados prosperarem tão pouco; exceção foram as províncias de Milão e Veneza, que se estenderam para a Áustria e Alemanha, mitigando, um pouco, a primitiva rigidez.⁴⁰

Anos depois, ao se basear, novamente, nos espanhóis, os reformados conseguiriam permissões que lhes trariam maior flexibilidade. Esta, dificilmente, poderia ser revertida. De acordo com Iriarte:

Em 1579, seguindo o exemplo dos descalços espanhóis, obtinham de Gregório XIII um breve que os desobrigava da obediência a seus superiores imediatos e os faziam depender somente do ministro geral; ademais, em virtude deste decreto, os religiosos que se tivessem alistado entre os reformados já não podiam voltar aos observantes, enquanto que o custódio dos reformados podia receber quantos observantes o pedissem [...] podiam celebrar seus capítulos custodiais, reger-se por estatutos próprios, gozar de voto nos capítulos e exigir a entrega dos conventos da província que lhes fizessem falta.⁴¹

³⁸ IRIARTE, 1985. p. 219-220.

³⁹ IRIARTE, 1985, p. 220, grifo do autor.

⁴⁰ IRIARTE, 1985. p. 221.

⁴¹ IRIARTE, 1985. p. 222.

Contudo, seria preciso a atuação do papa seguinte, para concretizar o que estava estabelecido no documento deixada por Gregório XIII. “Em 1596, Clemente VIII punha em vigor o breve de Gregório XIII, concedendo aos reformados um procurador próprio e visitadores independentes.”⁴² Também Gregório XV deu sua contribuição em relação aos reformados, talvez a mais importante para a sua independência. Segundo Iriarte: “Gregório XV [...] além do procurador-geral e dos visitadores, concedeu aos reformados vigário-geral próprio, com seu definitório, e poder para celebrar capítulos gerais.”⁴³

Além do grupo que se fortalecia com a entrada de Pedro de Alcântara, e o dos reformados, outros se formariam. Assim, esses grupos reformados teriam considerável influência. “Na França, estes franciscanos de observância estrita expandiram-se sob o nome de *recoletos*, *recolhidos*.”⁴⁴

Iriarte, descreve a expansão dos recoletos e o impedimento externo para o seu pleno crescimento: “as casas de recolhimento estenderam-se da Espanha para a França, porém a situação criada pelas guerras de religião do século XVI não oferecia clima apropriado para prosperarem.”⁴⁵

Quanto aos primeiros documentos institucionais, para esses novos reformados, existiriam apenas no fim do século XVI. E somente devido à insistência do papa da época. Este queria que fosse feito algo a respeito dos cuidados necessários para a estabilidade desses franciscanos de observância estrita. De acordo com, Iriarte:

Em 1595, o geral Boaventura de Caltagirone, pressionado por Clemente VIII a interessar-se de perto pelos movimentos de reforma, publicou os primeiros estatutos para os recoletos da França e da Bélgica. Concedia-lhes a formação dos noviços de sua província, porém sob a obediência dos superiores e conservando a uniformidade nas vestes e na observância das Constituições.⁴⁶

⁴² IRIARTE, 1985, p. 222.

⁴³ IRIARTE, 1985, p. 223.

⁴⁴ DANIEL-ROPS, 1999, p. 25, grito do autor.

⁴⁵ IRIARTE, 1985, p. 224.

⁴⁶ IRIARTE, 1985, p. 224.

Outro grupo, ainda, distinto dos alcantarinos, dos reformados e dos recoletos, teria início com Mateus de Bascio, no ano de 1525. Conforme Zagheni:

[...] *os Fratres Minores de vita eremitica*, ou seja, os capuchinhos: frades residentes, vivendo em pobreza absoluta, em eremitérios de, no máximo, doze irmãos, consagrados à pregação e à missão.⁴⁷

E, não diferentemente de outros grupos periféricos da época, se exigiria, dos capuchinhos, esforços para que se estabelecessem, oficialmente, entre os franciscanos. Em relação a isso, Martina comenta:

Em 1525, Mateus de Bascio, um frade menor, deixou escondido seu convento de Montefalcone, nas Marcas, foi a Roma e obteve de Clemente VII a permissão de observar ao pé da letra a regra de São Francisco, de usar um novo hábito semelhante ao que era usado pelo santo, e de pregar. As novidades causaram a indignação dos menores, que conseguiram fazer prender Mateus, que, todavia, foi libertado por intermédio de Catarina de Cybo, mulher do duque de Camerino e sobrinha de Clemente VII.⁴⁸

Iriarte, por sua vez, descreve Mateus de Bascio da seguinte maneira:

[...] jovem sacerdote de pouca cultura e têmpera de pregador popular, pertencia ao grupo dos que na província das Marcas reclamavam a liberdade de observar a Regra ao pé da letra. Em 1525, teve uma visão em que o próprio São Francisco o confirmou em sua atitude.⁴⁹

Quanto à sua prisão, deve-se notar, ainda, que ela aconteceu enquanto ele cumpria o que havia combinado com Clemente VII. O acordo era o seguinte: “apresentar-se, todos os anos, durante o capítulo,

⁴⁷ ZAGHENI, 1999. p. 43, grifo do autor.

⁴⁸ MARTINA, 1995. p. 220-221.

⁴⁹ IRIARTE, 1985. p. 240.

ao seu superior provincial.⁵⁰ Contudo, os observantes desconsiderariam o que foi acertado entre os dois. E, conseqüentemente, trataram Mateus de Bascio como um infrator a ser penalizado:

Em fins de abril, celebrava-se o capítulo em Jesi, e ali apresentou-se Frei Mateus, seguindo a ordem do papa. [...] o provincial, João de Fano, mandou encarcerá-lo, como fugitivo e vagabundo, no convento de Farano.⁵¹

A respeito do uso de diferentes trajes franciscanos, como aqueles usados por João de Guadalupe e Mateus de Bascio, pode-se dizer, no contexto da reforma, que:

[...] a forma do hábito [...] adquire importância extraordinária, como distintivo da fidelidade ao espírito do Fundador. O *capuz* largo e pontiagudo, que aparece nas mais antigas pinturas de São Francisco e dos primeiros franciscanos, como era costume na Ordem antes da evolução das vestimentas, é o cavalo de batalha do século XV e princípios do século XVI.⁵²

Deve-se considerar, ademais, como importante, o encontro entre Mateus de Bascio e o papa Clemente VII. Uma vez que ele ocasionaria o início de mais um grupo de grande relevância. Porque, assim como Pedro de Alcântara, Mateus de Bascio também inspiraria pessoas ao seu redor, a enfrentarem adversidades, para tomarem parte no que foi concedido a ele. De acordo com Iriarte:

Em fins de 1525, apresentavam-se ao mesmo provincial os irmãos de sangue Ludovico e Rafael de Fossombrone, pedindo permissão para retirar-se a um eremitério com outros companheiros, com a finalidade de observar a Regra em toda a sua pureza. João de Fano negou-se. Então, eles fugiram e foram refugiar-se entre os conventuais de Cingoli.⁵³

⁵⁰ IRIARTE, 1985, p. 241.

⁵¹ IRIARTE, 1985, p. 241.

⁵² IRIARTE, 1985, p. 218.

⁵³ IRIARTE, 1985, p. 241.

A perseguição de João de Fano aos irmãos Fossombrone não os faria desistir de seus objetivos. E será uma ocasião para o encontro deles com Mateus de Bascio.

Foram então em busca de Mateus de Bascio para refugiarem-se com ele sob a autorização pontifícia; Mateus, porém, lembrou-lhes que se tratava de uma autorização pessoal. Então, eles também decidiram ir a Roma. Em 18 de maio, obtinha um breve [...] que os autorizava a separar-se da comunidade juntamente com Frei Mateus e viver num eremitério observando a Regra [...]. João de Fano [...] obteve logo do papa a desaprovação do breve.⁵⁴

Mesmo com a impossibilidade de aceitação da nova situação dos irmãos Fossombrone e de Mateus, a sua causa não perdia força: “[...] unira-se aos três o frei Paulo de Chioggia, observante que se havia secularizado para cuidar de sua mãe; este também obteve permissão pessoal de Roma.”⁵⁵

Mas, diante deles, logo, haveria um novo obstáculo. O que fez com que recorressem, outra vez, a uma ajuda externa. “Os quatro reuniram-se em Fossombrone. Logo se refugiaram sob a proteção da duquesa de Camerino contra a obstinada perseguição de João de Fano.”⁵⁶

Contudo, suas tentativas de alcançá-los não durariam muito. “Na impossibilidade de submetê-los pela força ou de trazê-los pela razão, o provincial esforçou-se por ao menos evitar outras deserções [...]”⁵⁷

Posteriormente, com uma permissão semelhante à recebida por Mateus de Bascio, esses dois irmãos de Fossombrone conseguiriam viver de acordo com suas convicções religiosas. Elas possibilitariam resultados, coletivamente, relevantes para os franciscanos. A respeito disso, Martina comenta:

[...] Clemente VII, em 1528, recebeu juridicamente a nova família como um ramo autônomo da ordem franciscana, dirigido por um superior com os

⁵⁴ IRIARTE, 1995, p. 242.

⁵⁵ IRIARTE, 1985, p. 242.

⁵⁶ IRIARTE, 1985, p. 242.

⁵⁷ IRIARTE 1985, p. 242.

poderes de um provincial, sob a proteção do ramo dos conventuais: para praticar a observância mais rígida, em contraste com os usos dos menores [...].⁵⁸

Sobre a atuação do papa Clemente VII, para o surgimento dos capuchinhos, Iriarte acrescenta: “Depois de prudente exame, o papa expediu a bula *Religionis zelus* (3 de julho de 1528) que dava existência jurídica à nova fraternidade. A Ordem capuchinha estava fundada.”⁵⁹

Daniel-Rops, assim como Iriarte, descreve os últimos acontecimentos que resultaram na formação dos capuchinhos, enquanto novo ramo da ordem franciscana.

[...] Luís de Fossombrone [...] tinha ouvido falar de João Pedro Caraffa, futuro papa, então muito influente na Cúria, como um partidário resoluto da reforma. Foi procurá-lo em Roma e, graças a ele, obteve uma bula Pontifícia que o subtraía à jurisdição dos franciscanos para o colocar sob a do bispo de Camerino, amigo seguro. Tinham nascido os eremitas franciscanos – os *capuchinhos* (1528).⁶⁰

Deu-se, portanto, maior segurança e alternativas políticas aos capuchinhos. Mas sem precisarem se desligar, por completo, do resto dos franciscanos. O que prejudicaria sua identidade original. Quanto ao documento papal, pode-se afirmar o seguinte:

[...] era dirigida a Ludovico e Rafael de Fossombrone e continha os seguintes pontos: faculdade para levar vida *eremítica*, guardando a *Regra* de São Francisco, para usar a barba e o hábito com capuz piramidal e para pregar ao povo; os reformados ficavam sob a proteção dos superiores conventuais, porém sob o governo direto de um superior próprio com autoridade semelhante à dos provinciais; estavam autorizados a receber noviços, tanto clérigos como leigos.⁶¹

⁵⁸ MARTINA, 1995. p. 221.

⁵⁹ IRIARTE, 1985, p. 243, grifo do autor.

⁶⁰ DANIEL-ROPS, 1999. p. 26, grifo do autor.

⁶¹ IRIARTE, 1985. p. 243, grifo do autor.

Quanto ao seu estilo de vida, estaria muito relacionado com a sobriedade. E, apesar dos momentos de solidão ascética, também contaria com uma presença na rotina daqueles mais necessitados de atenção e ajuda. Assim os descreve Martina:

De início, os frades levavam uma vida de tipo mais eremítico, onde ocupavam um lugar de maior importância o trabalho e a assistência aos doentes, ficando os estudos muito limitados. A sua vida pobre e austera, sua caridade muitas vezes heróica para com os doentes e pobres e a sua pregação baseada no Evangelho, expressa de forma simples e adaptada às classes populares [...] lhes conciliou rapidamente a aprovação popular.⁶²

A partir dessas linhas de reforma franciscanas, é possível ver a sua complexidade e variedade, uma vez que foram, pelo menos no seu começo, descentralizadas em questão de criação e aplicação.

2.2 CARMELITAS

Outra ordem que tomou iniciativas de reforma é a dos carmelitas.

A luta entre conservadores e reformados não é um fenômeno exclusivo dos franciscanos: ela se deu com a mesma, senão com maior aspereza, também entre os carmelitas. Contudo, foi exatamente desses duros contrastes [...] que nasceu um dos mais vivos movimentos de espiritualidade da Igreja, a escola mística de santa Teresa de Ávila e de são João da Cruz.⁶³

A reforma carmelita será direcionada, pois, por essas duas figuras imprescindíveis: Teresa de Ávila, para o ramo feminino, e João da Cruz, para o ramo masculino. Por outro lado, ao diferenciar a reforma carmelitana da reforma franciscana, Martina constata:

O plano teresiano não consistia numa reforma no sentido de uma reação a abusos que lentamente

⁶² MARTINA, 1995, p. 221-222.

⁶³ MARTINA, 1995, p. 223

foram se instalando, ou de um retorno às origens, mas na afirmação de um ideal de vida religiosa eremítico-contemplativa quase todo original e em discordância aberta com as tendências predominantes entre os calçados.⁶⁴

A esse respeito, Martina destaca um momento decisivo da reforma carmelitana, que introduziu o ramo masculino no seu processo: “Teresa se encontrou com João da Cruz, conquistou-o rapidamente para sua causa, e este, em 1568, abriu o primeiro convento dos carmelitas descalços.”⁶⁵ A seriedade deste primeiro Carmelo, por um lado, contagiaria outros homens a participar da reforma. E, por outro lado, facilitou o surgimento de outros conventos destinados para essa finalidade. Conforme Daniel-Rops:

Depois de Duruelo, que foi o primeiro, o germe da solidão (1568), os conventos da reforma multiplicaram-se. A autoridade e o fervor dos descalços atraíram-lhes muitos homens de primeira plana; a austera grandeza da nova observância impressionava.⁶⁶

Daniel-Rops, assim como Martina, também se posiciona frente ao momento em que Teresa de Ávila convida João da Cruz para participar do seu movimento de reforma:

Teresa propôs ao jovem que colaborasse com ela na sua grande obra e que, para isso, renunciasse à ideia de ser cartuxo. Ele corou de prazer, mas exclamou [...]: *desde que não demore muito!*⁶⁷

Os carmelitas descalços seriam, portanto, os que aderissem às mudanças trazidas, para a realidade do Carmelo, por Teresa de Ávila e João da Cruz. Percebe-se, além disso, que existe, entre os dois reformadores, uma forte consideração um pelo outro. Isso porque Teresa de Ávila o introduz nesse movimento de renovação carmelitana, logo ao se conhecerem.

⁶⁴ MARTINA, 1995, p. 224.

⁶⁵ MARTINA, 1995, p. 224.

⁶⁶ DANIEL-ROPS, 1999, p. 134.

⁶⁷ DANIEL-ROPS, 1999, p. 134.

Segundo Daniel-Rops, esta seria a impressão que se tinha de João da Cruz, em 1567, ou seja, um ano antes de ele fundar o primeiro carmelo reformado masculino:

Era um toquinho de homem, ágil, furtivo, de rosto macilento. A sua altura não ia além de metro e meio [...]. Tinha apenas vinte e cinco anos, pois nascera em 1542 [...] mas, apesar de tão novo, a vida já o moldara duramente.⁶⁸

Por outro lado, todo esse processo foi antecedido pelo desejo de Teresa de Ávila de seguir a vida religiosa, como carmelita. No momento em que entrou nos domínios do mosteiro, onde seria monja, essa certeza ficou ainda mais clara. Segundo Auclair:

[...] ao despedir-se de Antônio, em frente do mosteiro, desligou-se da sua família terrena; quando a porta da clausura [...] fechou-se atrás dela, persuadida de que *tudo é nada*, admitiu resolutamente que Deus é tudo.⁶⁹

Dessa forma, viria a concretizar sua entrada na vida consagrada. Nela, ficaria, assim como todo mestre, muito tempo em aprendizado, antes de querer ensinar aos outros. Sobre os primeiros passos de Teresa de Ávila, Martina comenta:

Teresa de Cepeda, entrara aos 21 anos, em 1536, no Carmelo da Encarnação, em Ávila, e depois de quase trinta anos de vida religiosa sentiu-se estimulada a fundar um mosteiro onde se praticasse sem mitigação a regra aprovada por Inocêncio IV, no século XIII, em total pobreza e austeridade.⁷⁰

Deve-se observar que, logo após ingressar no carmelo, grandes dificuldades já a acompanhavam. Sobre a entrada de Teresa de Ávila no carmelo, Daniel-Rops enfatiza:

A seguir, dera-se a grande crise, a dupla crise de ordem física e moral. Durante dois anos, 1537-

⁶⁸ DANIEL-ROPS, 1999. p. 133.

⁶⁹ AUCLAIR, 2021. p. 53.

⁷⁰ MARTINA, 1995. p. 224.

1538, sofrera perturbações nervosas, síncope, desmaios, vômitos, paralisia parcial [...]. Desaparecidas essas dores atrozes [...] aparecera outra crise que ela consideraria ainda mais grave: fora o “tempo das infidelidades [...] tempo em que [...] se sentia simultaneamente desgostosa de si mesma e infiel ao que uma voz silenciosa lhe repetia no mais íntimo de si mesma, e que ela própria sabia muito bem ser a verdadeira Regra.⁷¹

Teresa de Ávila, apesar das provações enfrentadas, fundaria aquele primeiro carmelô, conforme o seu desejo. Ele passaria a existir seis anos antes do primeiro carmelô masculino reformado:

Com o apoio inicial do provincial dos carmelitas, e superadas as dificuldades postas pelas outras monjas e pelas autoridades civis, hostis à abertura de novas casas religiosas, ela abriu, em 1562, o primeiro mosteiro da reforma, em Ávila mesmo.⁷²

Em relação a esse novo mosteiro, Daniel-Rops acrescenta:

Nesse novo Carmelo, as paredes nem sequer estavam rebocadas, e uma dupla grade de varas estreitamente entrecruzadas ao longo do coro escondia totalmente as enclausuradas. Contava-se que as que ali se encerrassem [...] consagrassem todos os seus dias à oração, ao jejum e às disciplinas [...].⁷³

Ainda sobre o novo carmelô, deve-se assinalar a sua finalidade:

A fim de *compensar Nosso Senhor* dos sofrimentos que lhe causavam então Lutero e os hereges, bem como todos os maus frades, Teresa fundaria um convento de oração incessante, de total penitência, conforme os princípios recordados pelo *Livro da instituição dos primeiros monges*, impresso em 1507 [...] Assim nasceu em Teresa a decisão de

⁷¹ DANIEL-ROPS, 1999. p. 130.

⁷² MARTINA, 1995. p. 224.

⁷³ DANIEL-ROPS, 1999. p. 128.

fundar São José de Ávila, primeiro mosteiro do Carmelo reformado.⁷⁴

Além da autorização do provincial dos carmelitas, recebida em 1562, Teresa de Ávila ganharia um retorno positivo de um outro superior de sua ordem.

Foi o padre Rubeo, prior geral dos carmelitas [...] o primeiro que, numa inspeção que fez à Ávila, compreendeu Teresa e mediu num relance o contributo que ela podia dar à Ordem [...] Encorajou-a. E assim partiu essa mulher empreendedora, devidamente autorizada a fundar mosteiros segundo a Regra estrita que aplicava em São José, a Regra primitiva do Carmelo [...].⁷⁵

Observa-se, contudo, que a aceitação das mudanças não foi assumida por todos. Inclusive resultaria em uma separação dentro da ordem, sem que o novo ramo fosse, imediatamente, tolerado. Entre as possíveis razões para a separação, Martina apresenta:

O rápido progresso da reforma, a situação juridicamente indefinida e a nomeação de um jovem reformado como visitador provocaram naturalmente a perplexidade das autoridades centrais da ordem, iniciando-se, assim, para a reforma um duro período de dificuldades, que durou de 1575 até 1580.⁷⁶

De fato, a implementação da reforma teria que lidar com adversidades. Estas ameaçariam a própria integridade de pessoas envolvidas na sua aplicação. Sobre a prisão de João da Cruz, Martina afirma:

Dia 2 de dezembro de 1577, João da Cruz foi preso, e porque não queria abandonar os reformados nem julgava poder ser obrigado a fazer isso por nenhuma autoridade, ficou preso no cárcere do

⁷⁴ DANIEL-ROPS. 1999. p. 132, grifo do autor.

⁷⁵ DANIEL-ROPS, 1999. p. 133.

⁷⁶ MARTINA, 1995. p. 225.

convento de Toledo, onde permaneceu por vários meses, até conseguir fugir.⁷⁷

Além de ficar preso, João da cruz passou por outras provações, vindas de seus próprios companheiros carmelitas, segundo Daniel-Rops:

Todos os dias, aplicavam-lhe as disciplinas no refeitório - cada frade dava-lhe um açoite [...] e tudo isso com injúrias e troças. Depois, tentaram seduzi-lo: que renunciasse às suas loucuras, e seria nomeado prior em qualquer parte.⁷⁸

A principal referência do novo ramo carmelita feminino, por sua vez, também, ficou prejudicada. Foi obrigada a paralisar suas atividades relativas às carmelitas descalças. “[...] Teresa recebeu ordens para se retirar ao Carmelo de Toledo e de não mais sair de lá, ou seja, de renunciar a qualquer outra fundação.”⁷⁹

Contudo, mesmo sem ser detida, como João da Cruz, Teresa de Ávila ficou limitada em suas possibilidades de articulação. Para continuar o processo de colocar, em prática, a sua reforma, teria que lidar com essa ordem recebida. Precisaria, enfim, desobedecer a seus superiores ou alcançar um meio termo para a sua situação.

⁷⁷ MARTINA, 1995. p. 225.

⁷⁸ DANIEL-ROPS, 1999. p. 135-136.

⁷⁹ MARTINA, 1995, p. 225.

3 CONCÍLIO DE TRENTO E O FINAL DA REFORMA DA VIDA CONSAGRADA

Cabe tratar, agora, de como se sucedeu a convergência das várias reformas para a realidade do concílio de Trento. Também, deve-se, por outro lado, destacar o desfecho alcançado no processo de renovação espiritual da O.F.M e da O. Carm.

3.1 CONCÍLIO DE TRENTO E A REFORMA

Dentre as diferentes iniciativas de reforma da vida consagrada, adotadas no século XVI, deve-se frisar, sobretudo, o concílio de Trento. Segundo Carter Lindberg:

O programa do concílio consistia em reformar a fé cristã, restaurar a moralidade cristã e reunificar todos os povos cristãos. Ele foi convocado em 1545, numa cristandade teoricamente ainda unida; encerrou-se em 1563 com uma cristandade dilacerada por divisões [...].⁸⁰

Em relação ao que precisava ser reformado, estava a vida religiosa. Dentro dela, observa-se que as reformas dos franciscanos e a dos carmelitas não se situaram, exclusivamente, no período do concílio. Mas foram influenciadas por ele, em muitos aspectos importantes. A esse respeito, Daniel-Rops aponta:

O Concílio [...] não esquece os religiosos [...] necessitados de emenda. [...] a *Comissão de reforma* propusera um remédio radical: a supressão de todas as Ordens existentes. Os padres conciliares não foram desse parecer [...]. Mas estabelecem um arsenal de regulamentos a que os regulares devem sujeitar-se.⁸¹

Os franciscanos capuchinhos alcançariam uma participação maior em um certo momento do concílio. Eles eram representados por seu

⁸⁰ LINDBERG, Carter. **As reformas na Europa**. Sinodal, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2001, p. 415.

⁸¹ DANIEL-ROPS, 1999, p. 113, grifo do autor.

vigário-geral e conquistariam permissões e reconhecimento por parte do concílio.

Na terceira etapa do Concílio de Trento, o vigário-geral teve, pela primeira vez, assento entre os Gerais das Ordens mendicantes; ao discutir-se, em 1563, a reforma dos regulares, reconheceu-se expressamente aos capuchinhos o direito de usar seu hábito próprio, além de, juntamente com os observantes, ser excluídos da faculdade de possuir em comum [...]. No concílio, além disso, recomendou a reforma capuchinha como uma das mais beneméritas e mais fiéis à sua vocação, digna de ser distinguida pela Igreja com especial fervor.⁸²

Ainda em relação aos capuchinhos, note-se que a questão dos estudos virá a mudar pela influência do concílio. Conforme Martina afirmou, os estudos não se situavam entre suas maiores prioridades, nos seus inícios. Iriarte, por outro lado, aponta: “Os decretos fazem aparecer as casas de estudo, e o cultivo das ciências passa a contar entre as atividades essenciais da Ordem.”⁸³

Determinou-se, por outro lado, as decisões importantes sobre o tema dos religiosos, mais ao final do concílio. Elas concretizariam muito pelo que se lutou, em vista da renovação da vida consagrada. E alcançariam os franciscanos, os carmelitas e demais ordens religiosas.

Nas últimas quatro semanas, terminaram-se apressadamente os decretos [...] sobre os religiosos (normas sobre a recepção dos candidatos, sobre a clausura, sobre o noviciado, sobre a redução da dispensa da jurisdição comum).⁸⁴

Percebe-se, então, que se focou, estrategicamente, em pontos gerais e vitais, concernentes às diversas ordens consagradas e seus membros. Era a direção que as ordens religiosas precisavam para concluir as suas reformas. Por meio dessas mudanças padronizadas, seria possível, enfim, adaptar ou mesmo abandonar outras intervenções reformistas já assumidas, previamente ao concílio de Trento.

⁸² IRIARTE, 1985. p. 254.

⁸³ IRIARTE, 1985. p. 254.

⁸⁴ MARTINA, 1995. p. 248.

3.2 APONTAMENTOS DO FINAL DA REFORMA DA VIDA RELIGIOSA

Quanto aos franciscanos, ao se considerar as suas reformas em torno do século XVI, deve-se ter em conta que:

Toda a história da ordem dos franciscanos é uma contínua luta entre a heróica aspiração a uma completa realização do ideal de pobreza, de acordo com a vida e as regras de são Francisco, e as inevitáveis e necessárias adaptações para a encarnação, a propagação e a estabilidade desse ideal.⁸⁵

Mesmo após as reformas começarem a se encaminhar, as dificuldades, para a sua consolidação, não desapareceriam tão cedo, especialmente, as internas.

A primeira delas, após a formação inicial dos capuchinhos, seria a ambígua identificação de quem seria o pai da reforma. Sobre isso, Iriarte comenta:

No começo, considerava-se Frei Mateus como o pai da reforma; porém, o verdadeiro chefe, de fato e também de direito, em virtude da própria bula, era Frei Ludovico. Em abril, este convocou o primeiro capítulo, formado por doze religiosos, com o fim de eleger os superiores e redigir as Constituições. Realizou-se no eremitério de Albacina. Ali foram escritas [...] as primeiras *Constituições* [...].⁸⁶

Dentre as Constituições que nortearam esses religiosos, as de 1536 têm especial importância. De acordo com Iriarte:

Foram discutidas no capítulo de 1535 e promulgadas no ano de 1536. Constituem a legislação definitiva da Ordem; as posteriores revisões não introduzirão nenhuma mudança substancial, e conservarão intacta até mesmo a

⁸⁵ MARTINA, 1995. p. 219.

⁸⁶ IRIARTE, 1985, p. 243, grifo do autor.

redação original, com sua devoção e fervor característicos. Nelas dá-se mais importância à lei do capítulo, ao programa de perfeição, que às normas concretas [...].⁸⁷

No geral, muito do que foi escrito nas primeiras constituições dos capuchinhos, gira em torno de duas realidades da ordem franciscana, em geral, segundo Iriarte. Sua visão sobre os franciscanos é parecida, pois, com a de Martina:

De fato, quase todos os pontos respondem aos abusos existentes na Ordem e são o eco das aspirações comuns a todos os movimentos franciscanos de reforma: afastamento do mundo, austeridade de vida, simplicidade, pobreza e contemplação. É a tentação da vida eremítica [...] que sempre acaba superada pelo destino essencial da vida minorítica.⁸⁸

Ainda sobre Mateus de Bascio, Ludovico de Fossombrone e a questão da liderança, pode-se apontar mais acontecimentos importantes. Um deles, mostra que, Mateus de Bascio era visto como a principal liderança dos capuchinhos. Contudo, não estaria disposto a cumprir com tudo o que esta posição acabaria por exigir dele. Segundo Iriarte:

Em Albacina Mateus de Bascio foi eleito *vigário-geral*; teve de aceitar contra a vontade. Dez dias depois renunciava ao cargo para melhor seguir sua vocação do pregador ambulante. As rédeas do governo passaram então a Ludovico de Fossombrone, que era primeiro definidor. O geral da nova reforma era o mestre geral dos conventuais.⁸⁹

Ainda sobre Mateus de Bascio e sua incompatibilidade com o cargo de vigário-geral, ou mesmo em relação às exigências de vida que existiriam na nova ordem, pode-se dizer que:

⁸⁷ IRIARTE, 1985. p. 248.

⁸⁸ IRIARTE, 1985. p. 245.

⁸⁹ IRIARTE, 1985. p. 245, grifo do autor.

Iniciador ocasional e involuntário da reforma capuchinha, não teve nunca vocação nem dotes para ser seu chefe, nem mestre. Mais que a renovação da Ordem, buscava o livre curso de sua personalidade espiritual.⁹⁰

Por outro lado, as ações de Ludovico de Fossombrone fariam com que sua liderança se tornasse insustentável, de forma parecida com o que acontecera com Mateus de Bascio, anteriormente. A esse respeito, aponta-se que:

[...] depois das discórdias que surgiram no capítulo geral por causa de seu modo de governar, não quis se curvar aos decretos do capítulo, e foi excomungado e expulso, falecendo muitos anos mais tarde, depois de ter levado por muito tempo uma vida de eremita.⁹¹

Outra controvérsia dificultaria a vida dos capuchinhos em seu início. Ela envolveria não só o abandono da ordem, mas da própria fé católica, por parte de uma outra liderança.

[...] em 1542, o quarto vigário-geral, Bernardino Ochino, conhecido em toda a Itália como orador de renome, aderiu ao calvinismo. Sendo para a Inquisição uma pessoa suspeita por causa do conteúdo ambíguo de suas pregações, foi convidado a se justificar, em Roma; ao se dar conta da situação, deixou a ordem e o catolicismo, e ao invés de ir a Roma, Ochino fugiu para a Suíça, de onde escapou para a Inglaterra e a Polônia, até sua morte na Morávia, em 1565.⁹²

Iriarte complementa, assim, a descrição dada sobre a apostasia de Bernardino Ochino:

O contato com João Valdés e seu piedoso cenáculo de Nápoles o vinham afastando, pouco a pouco, da ortodoxia da fé e sua pregação foi ganhando sabor

⁹⁰ IRIARTE, 1985. p. 249.

⁹¹ MARTINA, 1995. p. 222.

⁹² MARTINA, 1995. p. 222.

de luteranismo [...]. Passo decisivo foi seu protesto público em Veneza contra a prisão de um agostiniano, seu amigo, acusado de heresia.⁹³

Tudo indica que Bernardino Ochino, já em 1542, estava bem afastado da fé católica. Os próprios inquisidores notariam isso. O seu discurso não estava mais compatível, na sua totalidade, com o catolicismo.

A apostasia de Ochino, que gozava da fama de um fervoroso religioso, causou profunda impressão, e Paulo III ameaçou suprimir a ordem. A tempestade foi acalmada graças ao novo vigário geral, Francisco de Jesi. E mais ainda, os capuchinhos continuaram a se desenvolver, indo além dos Alpes e tornando-se um dos baluartes da contra-reforma nos países alemães [...].⁹⁴

Sobre esse crescente desenvolvimento, em meio à superação de uma crise, Iriarte o descreve desta forma: “[...] produz-se a grande expansão geográfica, transpondo os Alpes e enviando as primeiras expedições missionárias. No fim desse período, as províncias já somavam 40 e os religiosos chegavam a 15.000.”⁹⁵

Ainda em relação a Bernardino Ochino, deve-se frisar que ele renunciou ao celibato. E, apesar de haver uma concordância de que ele viera a abraçar o protestantismo, por outro lado, parece não haver um consenso sobre a denominação para a qual ele teria se encaminhado.

Enquanto Martina indica que ele teria se tornado calvinista, Daniel-Rops comenta o seguinte: “esse verdadeiro condutor de homens abandonou a ordem e passou para as fileiras do protestantismo, provocou um escândalo [...]. O chefe dos capuchinhos, luterano e casado!”⁹⁶ Existe, portanto, uma convergência entre Daniel-Rops e Iriarte, ao afirmar que Bernardino Ochino teria se unido aos luteranos. Enquanto Martina indica que ele teria se unido aos calvinistas.

O desdobramento por meio do qual a nova ordem sobrevive, por outro lado, foi possível devido a um fato importante: o desvio de fé de Bernardino Ochino não ter sido assumido pelos outros capuchinhos. “Um

⁹³ IRIARTE, 1985, p. 251.

⁹⁴ MARTINA, 1995, p. 222-223.

⁹⁵ IRIARTE, 1985, p. 254-255.

⁹⁶ DANIEL-ROPS, 1999, p. 27.

inquérito sério mostrou que o caso de Ochino era completamente isolado.”⁹⁷ A investigação feita a esse respeito foi viável graças aos apoiadores dos novos franciscanos, ainda que poucos naquele momento. Entre eles, foi essencial a de um com posição privilegiada dentro da Igreja, sem que tenha abusado de seu ministério ordenado.

Quase todos os cardeais declararam-se pela abolição; só o cardeal Sanseverino levantou a voz em favor dos acusados e aconselhou que antes de formalizar a supressão se fizesse uma investigação sobre a conduta dos membros da Ordem. O papa concordou e o resultado foi a mais fidedigna comprovação da ortodoxia dos capuchinhos e de sua adesão inquebrantável à Santa Sé.⁹⁸

Apesar de ter sido ameaçadora a controvérsia para a sobrevivência dos capuchinhos, Iriarte destaca os efeitos positivos resultantes da saída de Bernardino Ochino, da seguinte maneira:

O entusiasmo e o prestígio de que se viu rodeado acabava pondo em risco a simplicidade e a sinceridade, virtudes que constituíam um segredo da eficácia da reforma capuchinha; assim a reforma recobrava sua liberdade de ação e se purificava dos elementos indesejáveis; os poucos religiosos contaminados de heresia fugiram com o apóstata e os que estavam identificados com os ideais capuchinhos voltaram para os observantes.⁹⁹

Ainda no processo de estabilização, devido às incertezas com os novos franciscanos, Paulo III tentaria compensar a sua anterior falta de apoio aos capuchinhos:

[...] depois de recriminá-los duramente pelo escândalo dado na pessoa do geral, acabou tomando-os sob sua proteção paternal e encomendando-os à responsabilidade do cardeal de Carpi, protetor da Ordem Franciscana.¹⁰⁰

⁹⁷ DANIEL-ROPS, 1999, p. 26.

⁹⁸ IRIARTE, 1985, p. 251.

⁹⁹ IRIARTE, 1985, p. 252

¹⁰⁰ IRIARTE, 1985, p. 251-252.

Deve-se a esse cardeal, o mérito de promover o frei Francisco de Jesi para uma importante função dentro da ordem.

O cardeal nomeou Frei Francisco de Jesi para comissário geral até o capítulo seguinte. Jesi era muito venerado por ele e pelo papa, mas por causa da atitude do povo proibiu-se-lhe a pregação até nova permissão pontifícia. No capítulo geral de 1543 Francisco de Jesi foi eleito vigário-geral [...].¹⁰¹

Assim, ao assumir uma posição ainda mais importante que a sua antecedente, esse frei seria capaz de restaurar, publicamente, a imagem dos capuchinhos. Imagem que foi prejudicada pela apostasia do antigo vigário-geral da ordem, Bernardino Ochino. Por fim, tornou-se desnecessária a proibição de pregar, recebida pelos novos franciscanos.

Cabe a Francisco de Jesi a glória de ter dignamente afastado a reforma de tão grande perigo. O novo vigário-geral [...] soube, com tato e prudência, dissuadir seus antigos amigos que se esforçavam por levar adiante o movimento de reforma da observância e agora recorriam a ele propondo-lhe a volta dos capuchinhos à comunidade para dar o passo definitivo [...].¹⁰²

Antes desse passo definitivo ser dado, ainda passaria algum tempo. Provavelmente, procurou-se evitar qualquer precipitação que colocasse tudo a perder. Era conveniente se certificar, pois, de que os membros da nova ordem estivessem mesmo firmes na fé católica. Passado esse tempo, se deram os eventos que reabilitariam os capuchinhos, enquanto eram conduzidos por Francisco de Jesi.

No segundo ano de seu governo dissiparam-se, enfim, as nuvens; o papa retirou a proibição de os capuchinhos pregarem com a condição de o vigário-geral vigiar as doutrinas expostas por seus súditos; o povo recobrou simpatia por eles.¹⁰³

¹⁰¹ IRIARTE, 1985. p. 252.

¹⁰² IRIARTE, 1985. p. 252.

¹⁰³ IRIARTE, 1985. p. 252.

Passadas essas provações, e reafirmada a liberdade para a pregação, era preciso que se recuperasse, aos poucos, o caminho da normalidade. Para alcançar esse objetivo, seria preciso, desta vez, a condução de Bernardino de Asti. Ele já havia sido vigário-geral, e a sua experiência será importante para aquele momento. Sobre a primeira vez que Bernardino de Asti foi vigário-geral, Iriarte aponta: “O capítulo reunido no convento de Santa Eufêmia elegeu para vigário-geral Frei Bernardino de Asti.”¹⁰⁴

Posteriormente, teria que deixar a função que havia sido assumida, apenas uma vez até então. “Gravemente enfermo Bernardino de Asti fez convocar o capítulo para Pentecostes de 1538. Foi, então, eleito vigário-geral Frei Bernardino Ochino de Sena.”¹⁰⁵

Portanto, para clarear mais a sequência de acontecimentos de alguns líderes capuchinhos, nota-se que: Bernardino de Asti foi antecessor de Bernardino Ochino, na sua primeira vez como vigário-geral, e sucessor de Francisco de Jesi, na sua segunda vez como vigário-geral. Além disso, enquanto liderança capuchinha, será considerado como um dos pais da reforma capuchinha, assim como Mateus de Bascio e Ludovico de Fossombrone. A respeito disso, Iriarte enfatiza:

:

No capítulo de 1546, Frei Bernardino de Asti foi novamente eleito vigário-geral, e reeleito no de 1549. Desta vez, completou a obra começada em seu primeiro governo; soube irmanar [...] o entusiasmo pela mais pura observância com as disposições de sentido prático. As bases, sobre as quais quis garantir a reforma capuchinha, foram a oração e a pobreza. Se fosse o caso de apresentar alguém como credor do título de pai e educador da reforma, não se encontraria ninguém com mais direito que ele.¹⁰⁶

A vitória dos que desejavam ver a estrita observância deixada por Francisco de Assis, entre os capuchinhos, viria no século XVII. Isso lhes garantiria a liberdade para seguir um rumo próprio. “Somente em 1619, porém, é que os capuchinhos atingiram a independência completa,

¹⁰⁴ IRIARTE, 1985, p. 248.

¹⁰⁵ IRIARTE, 1985, p. 250.

¹⁰⁶ IRIARTE, 1985, p. 252-253.

cortando qualquer vínculo com os conventuais.”¹⁰⁷ Iriarte, por sua vez, descreve a conquista de independência dessa nova ordem, da seguinte maneira:

[...] a 23 de janeiro de 1619, o [...] papa, mediante o breve *Alias Felicis Recordationis*, suprimia a dependência nominal que a Ordem se achava com relação ao geral dos conventuais. De agora em diante, o supremo moderador dos capuchinhos será chamado *ministro geral* e deverá ser considerado como legítimo sucessor de São Francisco.¹⁰⁸

Quanto aos descalços, a sua maior independência chegaria dois anos após a dos capuchinhos “Em 1621, conseguiriam de Gregório XV um vigário-geral quase independente, assistido por um definitório, e o direito de reunir-se em capítulo [...]”¹⁰⁹ Posteriormente, haverá uma breve reviravolta:

[...] Urbano VIII anulou, em 1624, a determinação de seu antecessor; mas este mesmo papa, em 1642, uniformizou todas as províncias dos descalços, dando-lhes Constituições próprias e eximindo-as da guarda das Constituições comuns da Ordem; subtrai-os, além do mais, da autoridade de comissário geral ultramontano, submetendo-as ao ministro geral.¹¹⁰

A unidade dos descalços, por outro lado, não foi alcançada, mesmo que todos tivessem uma referência de liderança em comum. “Não obstante a primazia exercida pela província de São José, jamais se conseguiu dar uma unidade à exuberante gama das províncias descalças [...]”¹¹¹ Considera-se, enfim, a influência da prática eremita para o sucesso dos descalços. Segundo Iriarte:

A notável expansão geográfica, os frutos de santidade e o impulso evangelizador dos descalços, demonstram até que ponto a concentração

¹⁰⁷ MARTINA, 1995, p. 221.

¹⁰⁸ IRIARTE, 1985. p. 255, grifo do autor.

¹⁰⁹ IRIARTE, 1985, p. 220.

¹¹⁰ IRIARTE, 1985. p. 220.

¹¹¹ IRIARTE, 1985. p. 220.

eremítica, tentação de todos os reformadores franciscanos, era, na realidade, fonte de energias vitais e de ação transbordante.¹¹²

Os reformados, por sua vez, continuariam a propagação da sua reforma.

[...] o milanês Antônio Galbiato, chegado à Baviera em 1620, levava adiante a reforma das províncias na Europa central, visando a solução definitiva da questão do relacionamento com a observância. As províncias, como um todo, passavam a um novo gênero de vida e conservavam as suas próprias denominações [...]. Na Polônia, pelo contrário, vigorou o modo italiano, formando-se, primeiro, por obra de Diogo de Bolonha, duas custódias, em 1623.¹¹³

Após dezesseis anos, Urbano VIII, assim como colaborou com a reforma dos descalços, também será fundamental para a dos reformados.

Em 1639, em virtude de uma bula de Urbano VIII, tanto essas duas custódias como as da Itália, foram transformadas em províncias, com a mesma denominação que as respectivas observantes [...]. Além disso, daí em diante o procurador geral gozaria de plena jurisdição [...] a ele corresponderia a nomeação do vigário-geral, que teria de ser dos reformados.¹¹⁴

A última etapa para assegurar o destino da reforma, levaria mais três anos para se desenrolar. É será ocasião para um tempo, longo o suficiente, para firmar bem as conquistas já alcançadas. A partir disso, a prosperidade poderia ser aproveitada, definitivamente, por todos esses reformados.

Em 1642, fez-se uma nova revisão dos estatutos. E com isso pode-se dizer que a família dos reformados cismontanos teve sua situação

¹¹² IRIARTE, 1985. p. 221.

¹¹³ IRIARTE, 1985. p. 223.

¹¹⁴ IRIARTE, 1985. p. 223.

definida. No século XVIII, chegariam a contar com 37 províncias e 19.000 religiosos.¹¹⁵

Assim como atuaria a favor dos reformados e dos descalços, Urbano VIII daria sua contribuição para a reforma dos recoletos. “Em 1637, chegaram a obter de Urbano VIII um vigário-geral próprio [...]”¹¹⁶ Por outro lado, a firmeza de diferentes membros envolvidos com essa reforma seria fundamental. Pois, faria com que os recoletos não se dispersassem e perdessem força.

As províncias alemãs da família ultamontana se mantiveram fiéis à vida reformada, com a mesma seriedade e ordem que suas irmãs cismontanas [...]. Nelas também existiam [...] as casas de retiro diretamente dependentes dos ministros provinciais.¹¹⁷

No século seguinte, essas diferentes famílias se veriam desafiadas a voltarem para a uniformidade das províncias, que existia antes da reforma. Contudo, deveriam abandonar, em vista disso, tudo o que tinha ligação direta com os recoletos. Em relação a isso, Iriarte destaca:

Em 1729, Bento XIII acreditou chegada a hora de fazer voltar à unanimidade as províncias germano-belgas, fazendo-as renunciar à forma do hábito e à denominação de recoletas; porém foi tal a resistência que Clemente XII teve de declarar abolido, em 1731, o decreto do seu antecessor.¹¹⁸

Por fim, os recoletos experimentariam um grande desenvolvimento, ainda naquele século: “As províncias recoletas chegaram a 25 no século XVIII, com 11.000 membros.”¹¹⁹

Quanto à reforma carmelitana, Teresa de Ávila pode vê-la consolidada ao fim de sua vida, depois de ter fundado grande número de conventos descalços.

¹¹⁵ IRIARTE, 1985, p. 223.

¹¹⁶ IRIARTE, 1985, p. 224.

¹¹⁷ IRIARTE, 1985, p. 225.

¹¹⁸ IRIARTE, 1985, p. 225.

¹¹⁹ IRIARTE, 1985, p. 225.

No limite das suas energias, detém-se, exausta, em Alba de Tormes. Era o dia 4 de outubro de 1582 [...] A sua obra parecia-lhe concluída: o capítulo de Alcalá aprovava as Constituições da reforma; tudo estava bem encaminhado [...]. Porém, lúcida até o último momento, continuava a dar conselhos para o bom governo da casa onde se alojara. Os seus derradeiros instantes foram de uma serenidade extraordinária [...].¹²⁰

Quanto a João da Cruz, continuou ao lado dos carmelitas reformados. De acordo com Daniel-Rops:

Privado do apoio da Madre [...] continuou sozinho a tarefa começada [...]. Abriu-se um período em que os carmelitas reformados atravessaram uma crise parecida à que sacudiu a Ordem franciscana a seguir à morte do *Poverello*.¹²¹

João da Cruz viria a enfrentar essa crise sem o apoio de Teresa de Ávila. Sobre sua morte, que não demoraria a chegar, Daniel-Rops enfatiza: “Quando o viram muito doente [...] transportaram-no para o convento de São Salvador de Ubeda, uma antiga praça-forte moura [...]. Foi ali que morreu, em 1591 [...]” Por outro lado, essa crise interna dos carmelitas descalços seria superada, definitivamente, alguns anos depois.

Em 1587, Sixto V autorizou-os a ter o seu vigário-geral; em 1593, Clemente VIII tornou-os, totalmente, independentes dos *grandes carmelitas*, isto é, dos mitigados, e eles passaram a formar uma congregação autônoma, com o seu geral. Em 1611, as suas Constituições receberam a forma definitiva. Triunfou, pois, o espírito de Santa Teresa de Jesus e São João da Cruz, com as suas grandes exigências místicas, mas também com seu realismo apostólico.¹²²

Assim, se concluirá a reforma carmelitana, iniciada por Teresa de Ávila. Seu sucesso será possível, principalmente, pela grande

¹²⁰ DANIEL-ROPS, 1999, p. 137.

¹²¹ DANIEL-ROPS, 1999, p. 137, grifo do autor.

¹²² DANIEL-ROPS, 1999, p. 138, grifo do autor.

contribuição de João da Cruz. Sem esquecer, contudo, daqueles os auxiliaram, de alguma forma, em todo esse caminho percorrido.

CONCLUSÃO

Com relação à O.F.M., observa-se que ela passaria por uma crise interna, já nos seus inícios. Foi logo após a morte de seu fundador, Francisco de Assis. A crise estaria relacionada com a dificuldade quanto à interpretação e, conseqüentemente, à vivência da regra primitiva, feita por ele. A atenção aos estudos e à formação científica, também, geraria divergências. Posteriormente, nota-se que essas mesmas dificuldades estariam presentes em torno do século XVI.

Ao trazê-las à tona, demonstrou-se que alguns franciscanos, isoladamente, perceberam e combateram essa crise, que se espalhou, rapidamente. Com os esforços somados, gradativamente, viriam a surgir as primeiras tentativas de se organizar algo mais sistematizado para restaurar a O.F.M. Esse algo mais sistematizado se identificaria, enfim, com as linhas de reforma, criadas dentro da própria ordem. Ou seja, para superar a crise, escolheu-se a reforma como solução.

Por outro lado, é importante notar que os desafios, existentes no meio carmelitano, eram muito semelhantes àqueles observados no círculo franciscano: a divergência quanto à intensidade em que se aplicaria a sua regra primitiva.

A isso, acrescenta-se a identidade original contemplativa e eremítica dos carmelitas, que se esvaziou, ao longo do tempo. O deslocamento da Terra Santa para a Europa, com o fracasso das cruzadas, os obrigou a mudar seu modo de vida, dando espaço a mitigações de sua observância. Com o tempo, o relaxamento aumentaria, levando à crise do século XVI.

O objetivo das linhas de reforma seriam, em última análise, a retomada da vivência estrita da regra, conforme os inícios das respectivas ordens, franciscana e carmelitana. Percebe-se, em contrapartida, que houve muita resistência quanto a isso. O que permite que essa prática estrita da regra, mesmo depois de reassumida, viesse a ser ameaçada, constantemente. A solução encontrada para essas ameaças, seria a criação de novos ramos, já adaptados às mudanças que se buscava assumir.

Eles viriam a adquirir, enfim, considerável autonomia e independência, em relação aos outros ramos das ordens às quais pertenciam. Inclusive, seriam reconhecidos, por meio de documentos, pelas suas próprias lideranças e pelo papa.

Além das linhas de reforma aplicadas pelas próprias ordens, houve, por sua vez, a atuação do concílio de Trento. Este já estava ciente das dificuldades vividas dentro das ordens religiosas daquela época, uma vez que aplicaria correções nelas, posteriormente. Assim, nas suas sessões

finais, foram emitidos decretos que visavam melhorar essas imperfeições. Dentre outros pontos importantes sobre isso, um que se destaca é que, antes do concílio, as linhas de reforma eram feitas e aplicadas a certos momentos e situações pontuais.

Por outro lado, aqueles que participaram do concílio de Trento, puderam padronizar o funcionamento, em vista de uma restauração geral da vida consagrada; mas, sem que se tenha desvalorizado outros empenhos, assumidos para esse fim, e adotados antes do concílio.

Quanto aos efeitos da reforma, observa-se que as reformas franciscanas e as carmelitas alcançaram considerável sucesso, no contexto do XVI. Muitas das conquistas e mudanças daquele tempo se mantiveram vivas. Dentre as conquistas, está a de que, muitas das ordens, até mesmo antes do concílio de Trento, cresceram em número de membros e mosteiros.

Com relação aos franciscanos, deve-se colocar, como grande legado, especialmente, o surgimento do ramo dos alcantarinos e o dos capuchinhos. Todos os dois se propagaram por mais de um país, e contribuiriam para a sua evangelização, a começar pelo exemplo austero de vida que levavam. O primeiro ramo teve, como principal personagem, Pedro de Alcântara.

Quanto aos capuchinhos, deve-se notar as adversidades sofridas devido às instabilidades de suas primeiras lideranças. Entre elas, Ludovico de Fossombrone, que abandonou a ordem, devido às divergências da direção a ser seguida por ela. E Bernardino Ochino, que deixou os capuchinhos, após se encontrar suspeito de ter caído em abandono da fé católica.

Por outro lado, também houve líderes responsáveis pelo sucesso dessa nova ordem. Entre eles, deve-se citar, principalmente, Francisco de Jesi. Coube a ele, a missão de reabilitar os capuchinhos, após o escândalo que envolveu Bernardino de Ochino. Para isso, viria a assumir, justamente, a mesma posição que Bernardino de Ochino teve, antes deixar a ordem: a de vigário-geral.

Quanto aos carmelitas, deve-se notar a influência dos descalços. Os seus primeiros líderes puderam levar a reforma do Carmelo até o seu fim. Teresa de Ávila e João da Cruz foram capazes, enfim, de resgatar a regra primitiva dos carmelitas. Também foram responsáveis, principalmente, pela revalorização do aspecto contemplativo da vida religiosa, típico dos primeiros eremitas da O. Carm.

Para concluir, resta indicar que o concílio de Trento foi uma espécie de coroamento a todo esse processo de reformas entre os franciscanos e os carmelitas. Consegui dar a todo esse processo, o

auxílio necessário para o seu prosseguimento. Tal auxílio foi baseado em um discernimento eclesial confiável, próprio de um concílio da Igreja Católica.

REFERÊNCIAS

DANIEL-ROPS, Henri. **A Igreja da renascença e da reforma**. Quadrante, São Paulo, 1999. v. II A reforma católica.

IRIARTE, Lázaro. **História Franciscana**. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1985.

JEDIN, Hubert (org.). **Manual de Historia de la Iglesia: la Iglesia de la Edad Media después de la Reforma Gregoriana**. Barcelona: Herder, 1973. v. IV.

LINDBERG, Carter. **As reformas na Europa**. Sinodal, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2001.

AUCLAIR, Marcelle. **Teresa de Ávila**. Quadrante, São Paulo, 2021.

LLORCA, Bernardino; GARCIA-Villoslada, R; MONTALBAN, Francisco J. **Historia de la Iglesia Católica: Edad Media (800-1303)**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1958. v. 2.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero a nossos dias**. 5ª ed. Loyola, São Paulo, Brasil, 1995. v. I - A era da Reforma.

ZAGHENI, Guido. **A Idade Moderna: curso de história da Igreja**. Paulus, São Paulo, 1999.